

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTAVÉL**

**(AUDIÊNCIA PÚBLICA)
REQUERIMENTO N° , DE 2004
(Do Sr. César Medeiros, e outros)**

Solicita sejam convidados a Senhora Marina Silva Ministra do Meio Ambiente ,o Dr em Geomorfologia e Geógrafo Aziz Ab'Sáber, a Sra. Tânia Nahum Advogada especialista em concessão publica,o Sr Hermam Benjamim, Dr^a. Maria Sylvia Zanella Di Pietro Professora Titular de Direito Administrativo da USP, e a ABEEF (Associação Brasileira dos estudantes em engenharia Florestal).Para discutir matéria vinculada no Jornal Folha de São Paulo do dia 7 de Novembro com o titulo "Aluguel de Florestas une madeireiras e ONGs" .

SR. PRESIDENTE,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, a Senhora Marina Silva Ministra do Meio Ambiente ,o Dr em Geomorfologia e Geógrafo Aziz Ab'Sáber a Dr^a Tânia Nahum Advogada especialista em concessão publica,o Sr Hermam Benjamim, Dr^a. Maria Sylvia Zanella Di Pietro Professora Titular de Direito Administrativo da USP, e a ABEEF afim de discutir matéria vinculada no Jornal Folha de São Paulo do dia 7 de Novembro com o titulo "Aluguel de Florestas une madeireiras e ONGs" .

JUSTIFICAÇÃO

A Matéria vinculada no jornal Folha de São Paulo em 07 de Novembro de 2004 com o titulo "Aluguel de Florestas une madeireiras e ONGs", referente a minuta de projeto de Lei para a regulamentação das concessões de Florestas Publicas, traz para o cenário político importante tema de caráter de política pública. As florestas nacionais tem sido alvo de desmatamentos irregulares mas também de ações regulares que não tem sido devidamente abordado pelo Governo Federal. A política florestal brasileira carece de um cunho de política pública na exata medida em que tem tratado a questão somente a luza do prisma liberal de afastamento do estado perante ao grande negócio que representa o setor madeireiro. Sabemos que o PL intenta também regular a exploração de recursos não madeireiros, tais como bálsamos, essências florestais e coleta de frutas. Entretanto sabemos das dificuldades em que se encontra os demais setores que foram concedidos para a iniciativa privada tais como telefonia, energia e em alguns municípios o setor de saneamento. A realidade é que a qualidade dos serviços prestados caiu as tarifas foram majoradas e o interesse público foi absorvido pelo interesse privado. Mas e no caso de uma concessão florestal, como se dará está relação entre o interesse público sobre o privado, uma vés que uma operação mal feita no setor florestal traz conseqüências a um Bioma como um todo e quiçá para a Biosfera. Devido ao exposto conclamamos os nobres pares a votar favoravelmente ao requerimento que apresentamos a este colegiado.

Sala da Comissão, em 09 de Novembro de 2004.

Deputado César Medeiros

Deputada Iriny Lopes

Deputado Luciano Zica